

DIREITO À COMUNICAÇÃO E EMPODERAMENTO MIDIÁTICO PELOS JOVENS: EXERCÍCIO, PROMOÇÃO E VIOLAÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR.

Camila Luiza Severo Guimarães¹

Joelma Andrade Melo²

Doriele Andrade Duvernoy³

RESUMO

O presente artigo defende uma educação que amplie as possibilidades de expressão e de comunicação dos jovens, empregando procedimentos eficazes em experiências que envolvam mídia. Nosso objetivo central se constituiu em investigar os obstáculos e possibilidades para que o empoderamento midiático pelos jovens se materialize dentro da realidade escolar. A pesquisa foi desenvolvida dentro de uma abordagem qualitativa, cujos instrumentos investigativos foram: aplicação de questionário exploratório junto a uma amostra de 48 alunos do Ensino Médio de duas escolas públicas localizadas no município de Camaragibe e entrevista com dez de seus professores. Os dados mostram que a falta de tempo e interesse, o perfil docente, e o currículo configuram-se como impedimento e que o uso que se faz dos aparatos midiáticos nessas instituições negam aos jovens a possibilidade de empoderamento através das mídias, na medida em que se evidencia a distância com a prática educacional no sentido e uso defendido neste estudo.

Palavras-chave: Comunicação. Mídia. Juventude. Empoderamento.

1. Introdução

Devido à importância que os aspectos relacionados ao empoderamento e à cidadania ativa têm ganhado no debate da relação mídia-educação, considerada por Caprino (2014) um ponto chave para o desenvolvimento pleno da liberdade de expressão e do direito à informação, e que segundo Bévort e Belloni (2009) é condição *sine qua non* da formação para a cidadania, propomos como objetivo geral da pesquisa uma investigação sobre os fatores que contribuem e que criam obstáculos dentro da realidade escolar para que o empoderamento midiático pelos jovens se materialize. Partimos da hipótese de que o currículo formal, o currículo oculto e o perfil docente seriam alguns dos fatores que influenciam a materialização do empoderamento pelos jovens através das mídias no espaço escolar. Os objetivos específicos traçados foram os de verificar se o direito à comunicação proporcionado pelo uso das mídias na escola facilita a busca e o usufruto da plena liberdade de opinião e expressão, como também avaliar se o direito à comunicação está sendo promovido, exercido e/ou violado no espaço escolar.

Para tanto, ressaltamos que se trata de um estudo em que nos valemos de dados obtidos através de questionários e entrevistas realizados respectivamente com discentes e docentes do Ensino Médio de escolas públicas localizadas no município de

¹ Licencianda em Pedagogia – Centro de Educação – UFPE. camilalsguimaraes@gmail.com

² Licencianda em Pedagogia – Centro de Educação – UFPE. joelmaandrade5@gmail.com

³ Doutora em Educação – UFPE. doriele@hotmail.com

Camaragibe/PE. Acreditamos não ser possível realizar uma pesquisa sobre empoderamento midiático pelos jovens sem lançar um olhar sobre o uso que seus professores fazem desse suporte (mídias) em suas aulas e o que eles pensam sobre esse uso. Sendo assim, realizou-se um cruzamento das duas categorias (alunos e professores), possibilitando a identificação de obstáculos e contribuições para a materialização do direito à comunicação e do empoderamento midiático pelos jovens.

O interesse pela temática emergiu das observações e experiências vivenciadas nos estágios requisitados pela disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica e nos estágios não obrigatórios realizados ao longo da graduação em pedagogia, onde nos chamou atenção a quase inexistência do trabalho com mídia dentro de uma perspectiva educ comunicativa, entendida por Soares (2011) como a ampliação das condições de expressão da juventude como forma de engajá-la em seu próprio processo educativo. Corroborando com Ratier (2009), ao afirmar que o que se pode dizer sobre o comportamento da maioria das escolas e professores em relação à mídia é que predomina a postura de negação ou de crítica ao seu discurso – isso, claro, nas poucas vezes em que ele é mencionado no ambiente escolar.

O olhar diferenciado para o tema surgiu no curso da disciplina eletiva “Educação, Mídia e Culturas: a educomunicação na prática docente”, onde percebemos a pertinência de uma abordagem educ comunicativa nas práticas cotidianas do professor. Considera-se, assim, a necessidade de oferecer a todos os sujeitos as competências para saberem compreender informações e terem o distanciamento necessário à análise crítica. Isso aponta também para a necessidade de que os cidadãos, em especial os jovens, tenham competências analíticas e informacionais para buscar e usufruir os benefícios da plena liberdade de opinião e expressão. E sobretudo para efetivar o exercício da cidadania, pois, segundo recomendações da Unesco:

Não pode haver cidadania sem apropriação crítica e criativa, por todos os cidadãos, das mídias que o progresso técnico coloca à disposição da sociedade; e a prática de integrar estas mídias nos processos educacionais em todos os níveis e modalidades, sem o que a educação que oferecemos às novas gerações continuará sendo incompleta e anacrônica, em total dissonância com as demandas sociais e culturais. (UNESCO *apud* BÉVORT E BELLONI, 2009, p. 1081).

As contribuições de Volpi e Palazzo (2010), nos mostra que a educação formal menosprezou durante muito tempo um possível caráter educativo de qualquer forma de comunicação de massa e ignorou o fato de poder inseri-las no contexto escolar. Atualmente, podemos perceber que existem distintas formas de entrada das mídias na

escola, dentre elas: *educação para as mídias*⁴, uma perspectiva de cunho vacintório⁵: a mídia a ser tomada como objeto de estudo, para a formação do sujeito contra o uso destas (se respalda na ideia de proteger os jovens de impactos “negativos/nocivos” das mídias); *educação pelas mídias*⁶, onde aprende-se a usá-las e analisá-las criticamente; e a *educomunicação*⁷ (nosso objeto de estudo), que propõe não só a análise crítica, como a produção e o empoderamento dos alunos através das mídias.

De acordo com Cauduro (2011), o trabalho com mídias nas escolas brasileiras inicialmente se dá através de uma perspectiva tradicional cujo sentido era de educar para as mídias, ou seja, de proteger os jovens contra os efeitos nocivos dos meios de comunicação. Com o passar do tempo, essa mesma ideia passa a ser reconhecida como uma prática crítica de cidadania, enfatizando a produção social, a comunicação para o desenvolvimento do conhecimento, a interatividade e o diálogo, assumindo um sentido de educação pelas mídias. Sabe-se que o trabalho com mídias na escola não pode ter um fim em si mesmo, numa analogia, não é apontando todos os efeitos nocivos das mídias que os indivíduos vão deixar de consumi-las. A perspectiva de educação pelas mídias avançou bastante nesse sentido, entretanto, é necessário que se avance para as questões da heterogeneidade e mutações dos usos de mídia para assim apontar para a questão do empoderamento, não a simples inclusão digital, mas uma inclusão digital-social.

No contexto escolar atual, ambas coexistem. Dentre os possíveis motivos que fazem com que práticas tradicionais ainda estejam presentes em sala de aula, destacam-se as barreiras institucionais impostas aos professores, entretanto, muitas vezes mesmo que não hajam barreiras institucionais, há resistências por parte dos professores no sentido de pôr em prática uma educação que estimule habilidades comunicativas.

A relação entre os campos educação e comunicação tornou-se fundamental para o desenvolvimento do senso crítico do sujeito, essa construção parte da busca pela autonomia e do diálogo entre pares como oportunidade para constituir-se como cidadão. Ora a educomunicação seria, no sentido que aqui se encontra, um conjunto de metodologias que têm como objetivo a independência e autonomia dos jovens por meio do exercício do direito à comunicação, dentro de uma perspectiva que coloca as mídias

⁴ CAUDURO, 2011, p. 47-86 pass.

⁵ A perspectiva vacinatória foi identificada nos estudos de Jacques Piette (1996) que mapeou diferentes abordagens com as mídias em salas de aula no Quebec. Cf. PIETTE J. (1996) *L'éducation aux médias et fonction critique*. Montréal/ Paris : L'Harmattan.

⁶ CAUDURO, op. cit., p. 47-86 pass.

⁷ Perspectiva abordada em consonância com os estudos de Ismar de Oliveira Soares (2011), coordenador do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo.

a serviço dos interesses e necessidades dos educandos, garantindo a todos o direito à livre expressão e o acesso às mídias.

O trabalho com mídia na escola, no enfoque adotado nesta pesquisa, deve ser percebido não do ponto de vista tradicional, nos seus usos políticos e culturais cotidianos, como instrumento para favorecer interesses econômicos e políticos (considerando o papel central que a mídia tem de trazer informação/conhecimento, podendo ou não ser tendenciosa com vista a manipular pessoas/situações); ao contrário, deve-se vê-lo como instrumento de luta, de fala dos oprimidos, como ferramenta que capacita os indivíduos para o exercício da cidadania e contribui para a transformação positiva das condições de vida políticas, econômicas e sociais das pessoas.

As mídias são instrumentos de comunicação que atuam em muitas esferas da vida social, não apenas com funções efetivas de controle político-ideológico, mas também gerando novos modos de perceber a realidade, de obter e produzir conhecimentos e informações. Entretanto, atualmente a mesma vem sendo, na maioria das vezes, abordada no meio escolar de forma instrumental, como uma maneira de amenizar jornadas cansativas. Nesse panorama amplamente vinculado aos dispositivos midiáticos, ter ou não ter acesso à informação e, simultaneamente, ter ou não ter competências interpretativas, analíticas, críticas e comunicativas que permitam decodificar e codificar eficazmente essa mesma informação parece determinante para a integração social plena. É por isso que faz todo o sentido falar no trabalho com mídia em direção à possibilidade da materialização da cidadania ativa e do “empoderamento” do cidadão. Pois, faz-se imprescindível uma preparação que permita ao jovem enfrentar com inteligência e protagonismo as contingências da vida.

A abordagem desse tema desdobra-se em três enunciados onde inicialmente procura-se situar o leitor sobre os conceitos chave da pesquisa: juventude e empoderamento, em seguida, enfoca as questões do direito à comunicação e do papel da relação mídia-educação no processo de empoderamento midiático pelos jovens.

2. Empoderamento Juvenil: um complexo processo social e político.

O conceito de juventude apresenta um desenvolvimento evidente, fruto de uma construção social e histórica no âmbito da sociedade em que vivemos e ganhou diversas significações ao longo do tempo. De acordo com Helena Abramo:

A noção mais geral e usual do termo juventude, se refere a uma faixa de idade, um período de vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e ocorre uma série de transformações psicológicas e sociais,

quando este abandona a infância para processar sua entrada no mundo adulto. No entanto, a noção de juventude é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos se modificam de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através de suas divisões internas. Além disso, é somente em algumas formações sociais que a juventude configura-se como uma categoria com visibilidade social. (ABRAMO, 1994, p. 23).

Existem possibilidades de se olhar a juventude como um período em que se apresentam as pessoas as suas próprias oportunidades e também as suas limitações, percebendo a mesma não apenas como uma preparação para a vida adulta, mas também como espaço de afirmação do sujeito. Sousa (2006) define juventude como sendo o período que ocorre entre a faixa etária dos 14 aos 25 no qual ocorrem transformações marcantes na consciência de indivíduo do sujeito.

O processo de construção da identidade do indivíduo nesse sentido é mais relevante, em se tratando do ambiente escolar, pode-se notar que não existe mais uma identidade única, na escola o que se encontra são rotinas com um dinamismo diferente que vai abordar uma série de características de acordo com o lugar e assim estimular o desenvolvimento das identidades dos jovens que dela usufruem.

A juventude tem suas próprias demandas e apresenta características distintas de qualquer outra etapa da vida de um indivíduo. Essas demandas são estreitamente relacionadas a fatores sócio-histórico-culturais. Apesar disso, as demandas relacionadas a essa etapa, muitas vezes não são ouvidas, ocasionando assim um conflito nos jovens que questionam-se sobre que poder de expressão eles têm diante a sociedade e quais os meios em que essas expressões podem ser apresentadas e/ou representadas. Corroborando com Giddens (1991) ao afirmar que a juventude de hoje tem uma maior facilidade em lidar com as questões tecnológicas e percebe que as informações circulam globalmente em grande velocidade, ou seja, os mesmos tem oportunidade de adquirir o empoderamento através do que está sendo posto pelas suas expectativas.

O empoderamento é um tema que vem ganhando relevância na sociedade nas últimas décadas, teve origem inicialmente entre o final dos anos de 1960 – no contexto político inglês e era nomeado como *empowerment* – e início dos anos de 1970 – contexto no qual a questão da democratização estava ganhando foco, e vem mostrando força no atual cenário da nossa sociedade. A palavra empoderamento de acordo com Ferreira (2000) deriva de “poder” que significa “ter possibilidade de” (verbo) ou “direito de deliberar” (substantivo masculino).

Como afirmam Romano e Antunes (2002), o uso e a abordagem desse conceito vem se generalizando e esse processo veio acompanhada de uma redução da prática social e política do empoderamento as questões técnicas e instrumentais. Isto é, o empoderamento passou a ser considerado mais como uma técnica que compreende metodologias específicas e menos como um complexo processo social e político.

Podemos destacar que em seu sentido geral é considerado como um termo multifacetado, que envolve diversos aspectos, entre eles: cognitivos, afetivos e de conduta. E que está presente em áreas como: saúde, administração e na educação fazendo com que a sociedade civil assim como o desenvolvimento econômico tomem fortalecimento.

Especificamente no campo educacional, o empoderamento está presente nas relações existentes dentro do mesmo, seja no nível macro (secretarias, instâncias burocráticas e entre outras) ou no nível micro (escolas, sujeitos participantes tais como: professores, alunos e os demais funcionários da escola). A educação sempre foi pautada como uma possibilidade de construção de uma sociedade capaz de assegurar direitos sociais, políticos, econômicos e culturais a todos os cidadãos brasileiros.

A escola pode ser considerada como um espaço que possibilita fortemente o processo de empoderamento juvenil, apresentando contribuições para a afirmação do indivíduo em seu espaço de atuação. No entanto, esse processo também pode apresentar dificuldades já que em algumas instâncias públicas, por exemplo, as decisões estão previamente tomadas e as ações dos afetados não causam nenhum impacto gerando assim um sentimento de frustração. Percebe-se então que os indivíduos obtêm controle moderado sobre as suas vidas e podem ter participação de maneira democrática e compreender criticamente o ambiente em que estão inseridos, se o mesmo estiver em condições para favorecer essa participação, como aponta Monica Caprino:

O empoderamento do cidadão está ligado principalmente ao desenvolvimento das habilidades comunicativas e de expressão dos cidadãos por meio das mídias. Entretanto, precisamos ter em conta que nem sempre a simples produção de conteúdo significa algo que poderá empoderar a cidadania, uma vez que essa atividade pode simplesmente reproduzir o que está na mídia de massa (e portanto, reproduzir o mesmo enfoque e a mesma ideologia). Ou seja, é fundamental que o desenvolvimento das habilidades comunicativas esteja conjugado à compreensão crítica. (CAPRINO, 2014, p. 165).

Assim sendo, quando passamos a entender o conceito de empoderamento, nos aproximamos da noção de autonomia do indivíduo. Essa autonomia permite o mesmo a tomar decisões nos processos políticos e de conquistar sua própria liberdade, favorecendo assim a promoção de direitos e desenvolvimento de cunho geral.

3. Direito à comunicação - espaços de existência/resistência juvenil.

O direito à comunicação foi sendo construído ao longo do século XX, devido às mudanças introduzidas nos processos comunicativos. Ou seja, devido ao fato de termos passado a viver em um mundo com um fluxo de informação cada vez maior, sendo este de suma importância para a realização dos demais direitos. Nesse sentido, faz-se necessário conhecer o significado e a relevância do direito humano à comunicação, que do ponto de vista de Silva e Tavares (2010):

Trata-se de um direito fundamental e um dos pilares da sociedade democrática, que deve, portanto, assegurar a todas as pessoas o direito de expressar-se, de produzir e de ter acesso à informação, incluindo o acesso à tecnologia e educação para saber utilizá-la; mesmo porque o Estado Democrático de Direito garante a liberdade de expressão e o acesso universal à informação. (SILVA E TAVARES, 2010, p. 131).

Para entender como se deu a construção do conceito de comunicação como direito humano, segundo Gomes (2007), é imprescindível fazer uma análise da evolução do conceito de comunicação que aparece nos instrumentos normativos de direitos humanos. Pois, a ideia de 'direito à comunicação' não recebeu uma forma definitiva, longe de ser um princípio bem estabelecido. Segundo Silva e Tavares (2010) o direito humano à comunicação passou a ser inserido no campo dos direitos humanos com a Declaração Universal de 1948, apesar de, neste contexto como nos posteriores, a preocupação com esse direito estar focada na comunicação interpessoal. É só a partir de 1980 que a Unesco amplia a discussão sobre direito à comunicação como direito humano, contribuindo para isso os debates acerca da Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação e o Relatório MacBride (primeiro documento da Unesco que reconhece a comunicação como direito humano). Dessa forma, vemos que o debate passa de uma perspectiva de comunicação interpessoal a uma perspectiva de comunicação mediada.

Comunicar não é um processo em que um sujeito recebe apático e passivamente os conteúdos que outro sujeito, que é ativo, superior, detentor de verdade e do conhecimento, lhe dá ou lhe impõe. Comunicação é interação cultural. Não basta garantir a liberdade de expressão ou o acesso a uma vasta gama de fontes de informações. Para que o direito à comunicação se materialize é preciso que o Estado e a sociedade adotem medidas para coibir as violações, para que assim a ideia de direito a comunicação passe de um sentido passivo para um sentido de reconhecimento e promoção, onde todos e todas possam exercê-lo plenamente.

A Lei 12.852/2013, que institui o Estatuto da Juventude, em seu vigésimo sexto artigo, estabelece que “o jovem tem direito à comunicação e à livre expressão, à produção de conteúdo, individual e colaborativo e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação”. Apesar de termos em diversas normativas nacionais e internacionais elementos que integram o direito à comunicação – como o acesso a informação, a liberdade de expressão, a proibição da censura e dos monopólios e oligopólios de mídia – essa foi a primeira vez que a expressão “direito à comunicação” apareceu em um de nossos marcos legais. A Constituição Federal de 1988 determina, em seu artigo 227, que o Estado brasileiro dê prioridade absoluta aos direitos dos jovens – o que inclui, agora, com os termos do Estatuto da Juventude, o direito à comunicação.

4. Mídia-educação: o empoderamento midiático pelos jovens em questão.

Segundo Silva e Tavares (2010), a educação midiática representa um importante elemento na construção de uma cidadania ativa, que é a base para uma cultura promotora dos direitos. Desse modo, segundo esses autores, a relação entre mídia e educação seria uma questão essencial para o exercício do direito à comunicação. A problematização conceitual, o enquadramento teórico e o reconhecimento da necessidade de se desenvolver ações especificamente voltadas à educação pelas mídias não são recentes. Há cerca de meio século que a sua definição e objetivos vem sendo abordados por diversas instituições e organizações internacionais, entre elas a Unesco.

De uma forma geral, o conceito de educação pelas mídias aqui explorado, diz respeito ao conjunto de teorias e práticas que visam desenvolver a consciência crítica e a capacidade de iniciativa face aos meios de comunicação social. Sendo assim, suas finalidades concernem à formação das novas gerações para uma compreensão distanciada, analítica e crítica das mensagens midiáticas, tanto de seus conteúdos quanto dos contextos políticos e econômicos de sua produção. Masterman, em sua obra de referência “*Teaching the Media*”, identifica cinco razões pelas quais é tão importante educar pelas mídias:

A influência dos *media* nos processos democráticos, a alta taxa de consumo de *media* e a saturação da sociedade pelos *media*, a capacidade dos *media* influenciarem percepções, crenças e atitudes, a importância crescente da comunicação visual e da informação e a importância social da informação e a importância da aprendizagem ao longo da vida. (MASTERMAN *apud* LOPES, 2011, p. 21).

Vivemos num mundo onde as mídias estão onipresentes, sendo preciso considerar sua importância na vida social, particularmente no que diz respeito aos

jovens. Diversos autores que se têm debruçado sobre esta temática, enfatizam o desenvolvimento do espírito crítico acerca das produções midiáticas e do papel da mídia na sociedade. É também neste sentido que entendemos a educação pelas mídias: uma educação/formação que visa contribuir para um uso crítico dos meios de comunicação social, em que o objetivo é o desenvolvimento da consciência e autonomia críticas dos sujeitos.

A relação mídia-educação, como parte da formação para a cidadania, na medida em que a entendemos como imprescindível no processo de empoderamento do cidadão, é indispensável para que a sociedade da informação seja plural, inclusiva e participativa. Diante do protagonismo exercido através das mídias e novas tecnologias da comunicação, a educação precisa passar por uma transformação profunda a três níveis fundamentais: os seus programas, nos seus métodos e nos seus objetivos. O empoderamento do cidadão está ligado principalmente ao desenvolvimento das habilidades comunicativas e de expressão dos cidadãos por meio das diversas mídias. Entretanto, precisamos ter em conta que nem sempre a simples produção de conteúdo significa algo que poderá empoderar os sujeitos, uma vez que essa atividade pode simplesmente reproduzir o que está na mídia de massa, ou seja, é fundamental que o desenvolvimento das habilidades comunicativas esteja conjugado à compreensão crítica.

5. Metodologia

A identificação dos obstáculos e possibilidades para a materialização do empoderamento midiático pelos jovens dentro do contexto escolar foram aspectos a serem investigados nesse estudo; foram tomados como campo de investigação duas escolas estaduais localizadas no município de Camaragibe/PE. A escolha por esse campo se deu a partir da proximidade das pesquisadoras com o mesmo e pela oferta de Ensino Médio.

Fez-se uso de uma abordagem qualitativa; preocupando-se com aspectos da realidade. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Trata-se de uma pesquisa exploratória, visto que a mesma busca proporcionar uma maior aproximação com a realidade, e direcionando aos procedimentos, pode-se dizer que esta é uma pesquisa de campo.

Os procedimentos de coleta de dados desta pesquisa foram: questionário com questões de múltipla escolha e abertas e entrevista semi-estruturada, que de acordo com Manzini (1991) focaliza um assunto sobre o qual confecciona-se um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

A nossa amostra foi composta de dois grupos totalizando 58 sujeitos:

- 48 jovens (de ambos os sexos) com idade entre 15 e 18 anos, estudantes dos 1º e 2º anos do Ensino Médio;
- 10 professores que ministram aulas nas áreas de Ciências Exatas e Humanas nas escolas em que se realizou a pesquisa.

Os dois grupos foram codificados como A – para alunos e P – para professores e numerados de acordo com a quantidade de sujeitos contidos em cada grupo. O anonimato foi garantido a partir do preenchimento dos questionários (distribuídos no período entre 20 e 24 de abril de 2015). Além de uma categorização dos dados facilitando assim a análise que se construiu posteriormente. Os procedimentos anteriormente citados possibilitaram o confronto entre a realidade teórica e a prática escolar.

6. Discussão dos Resultados

6.1. Direito à comunicação na ótica de professores e jovens do Ensino Médio.

De acordo com o que foi analisado, pode-se perceber que 60% do total de alunos que responderam ao questionário afirmam se sentir à vontade para expressar sua opinião em sala de aula. Mas, apontam que isso depende da prática de cada professor. Já no âmbito escolar como um todo (para além da sala de aula), os estudantes avaliam a liberdade para expressar suas ideias como excelente (25%), bom (23%), regular (33%) ou inexistente (19%).

No que diz respeito a definição do direito a comunicação, sob a ótica dos professores, é relevante considerar que o mesmo pode ser reconhecido como uma maneira de autonomia do indivíduo, na forma de expressão do seu direito de fazer/opinar e /ou criticar algo, como podemos observar nas falas dos sujeitos P4 e P5:

O direito à comunicação é uma característica central da sociedade democrática em que vivemos e para mim é o direito de todo indivíduo de se expressar. (P4)

Se comunicar é um direito de todos, é preciso que haja a permanente busca por garanti-lo. (P5)

É perceptível que os professores têm consciência da importância de proporcionar a seus alunos o acesso à comunicação, mesmo que algumas práticas acabem fazendo com que o indivíduo se molde de acordo com o que é proposto, podendo assim inibir o seu potencial de expressão.

É importante destacar que a escola é uma das diversas instituições em que o jovem está inserido desde a sua infância, mas não é o único capaz de garantir que o direito a comunicação possa ser efetivado. Esse espaço educativo deixou de ser o único lugar de aquisição e socialização de conhecimento, pois existe uma multiplicidade de saberes que circulam por outros canais, difusos e descentralizados. Essa diversificação e difusão do saber, fora da escola, é um dos desafios mais fortes que o mundo da comunicação apresenta ao sistema educacional. Na prática, estas iniciativas não são fáceis de ser adotadas, levando em conta a tradição estabelecida de um ensino fragmentado e com uma quantidade excessiva de conteúdos que deve responder a demanda dos vestibulares. Por isso é importante que todas as partes envolvidas no processo de ensino e aprendizagem estejam compartilhando de uma mesma ideia para que possibilite um ambiente favorável à aprendizagem dos alunos e o bom trabalho dos docentes ao desenvolver seus métodos de ensino. Portanto:

Uma comunicação essencialmente dialógica e participativa, no espaço do ecossistema comunicativo escolar, mediada pela gestão compartilhada (professor/aluno/comunidade escolar) dos recursos e processos da informação, contribui essencialmente para a prática educativa, cuja especificidade é o aumento imediato do grau de motivação por parte dos estudantes, e para o adequado relacionamento no convívio professor/aluno, maximizando as possibilidades de aprendizagem, de tomada de consciência e de mobilização para a ação. (SOARES, 2011, p. 17).

Quando questionados a respeito da possibilidade de garantia do direito à comunicação através do uso das mídias, todos os professores responderam de forma afirmativa, como podemos observar nas falas dos sujeitos P5 e P7:

Sim. Porque a mídia traz informações que geram conhecimento e que possibilitam que o aluno se expresse com propriedade no que diz. (P5)

O direito a comunicação inclui possibilitar a busca pela informação e essa busca se realiza através das mídias. Por isso eu acredito sim que o direito a comunicação se realize através das mídias. (P7)

É possível apurar que tanto os professores como os alunos circulam em território marcado pelos diversos dispositivos comunicacionais. De maneira meio acelerada, de forma mais ou menos procedente, o mundo da escola registra crescente aproximação às novas tecnologias e às linguagens postas em circulação, mesmo pelas mídias tradicionais como rádio, jornal, televisão. Verifica-se que alguns equipamentos de possível utilização pelos docentes podem ser encontrados nas instituições educativas vinculadas aos entrevistados. Entretanto, é como se estivéssemos diante de duas realidades distintas: uma representada pelos envolvimento sociais com os sistemas e processos da comunicação e outra adstrita a determinados marcos institucionais que balizam e circunscrevem essa prática.

Do conjunto de questões referentes à utilização de mídias pelos alunos, observa-se que se trata de um grupo de jovens que são usuários assíduos das diferentes mídias inseridas no nosso cotidiano (rádio, televisão, computador, celular com acesso à internet, jornal ou revista). Mas que em alguns casos, embora assíduos, limitam-se basicamente a checar suas redes sociais sem focar nas possibilidades educativas. A participação em grupos políticos é restrita, onde 52% dos alunos sinalizam uma participação parcial, 15% apontam uma participação ativa e 33% indicam uma ausência de participação.

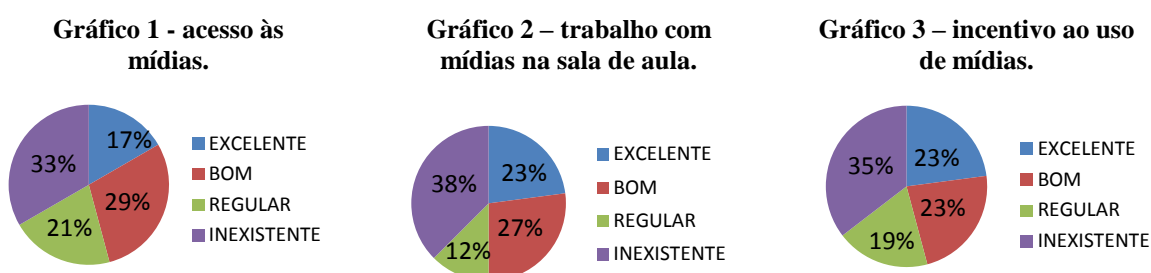
Quando perguntados se seus alunos são usuários assíduos de mídias, todos os 10 professores entrevistados deram resposta afirmativa. Entretanto, algumas dessas respostas sinalizaram traços da perspectiva de *educação para as mídias* quando vem criticar a qualidade do uso que esses jovens fazem das mídias, revelando ambiguidade ao afirmar que os jovens estão se voltando para as redes online tanto para divertir-se, como também para participar de atividades públicas e desenvolver normas sociais. Vejamos:

Sim, a nossa juventude é uma geração tecnológica apesar de que muitos possuem dificuldade em conhecer ferramentas importantes e de fonte segura. Cabe ao docente conduzir e apresentar fontes de pesquisas como, por exemplo: o portal da CAPES. (P1)
Algumas como facebook e whatsapp. (P5)

A discussão que se segue diz respeito ao entendimento sobre a finalidade do uso da mídia na escola mediante os dados coletados junto às duas classes de sujeitos investigadas (alunos e professores), buscando entender sob qual perspectiva se dá esse uso no contexto das instituições escolares investigadas.

6.2. Mídia na escola: instrumento, uso crítico ou educomunicação?

No sentido de entender, sob a ótica dos jovens estudantes, sobre o trabalho realizado com mídia nos ambientes escolares em foco, os questionamos sobre o uso das mídias pelos seus professores em sala de aula. 50% dos alunos afirmaram que seus professores utilizavam mídia nas aulas, enquanto 38% disseram que os professores não usam e 12% disseram que eles às vezes usam. Ao solicitarmos a estes jovens que avaliassem alguns aspectos de sua escola no que diz respeito ao acesso as mídias, ao trabalho com mídias em sala de aula e ao incentivo ao uso de mídias, obtivemos as seguinte indicações:



Fonte: as Autoras (2015)

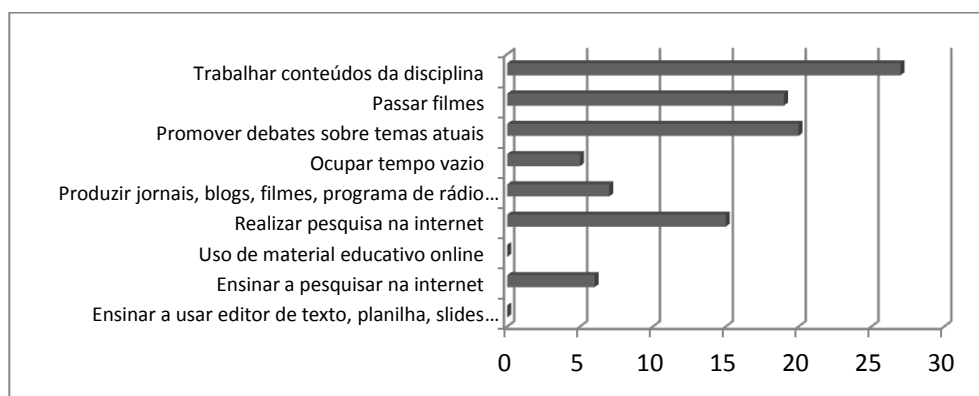
Podemos ver que a maioria dos jovens estudantes (54%) considera o acesso às mídias como sendo regular ou inexistente em sua escola, dado esse que podemos observar em nossas visitas às escolas e até mesmo no discurso de alguns professores, onde os mesmos apontam a falta de recursos e a dificuldade de acesso desencadeada por fatores diversos como sendo determinantes para que essa realidade se dê.

Quanto ao trabalho com mídias na sala de aula, o que vemos são opiniões bem equilibradas por se tratar de duas realidades opostas. Conforme os dados coletados 50% dos jovens o considera regular ou inexistente e a outra metade o julga como bom ou excelente. Desse modo, verificamos que apenas 23% do total de alunos que afirmaram que seus professores utilizavam mídia nas aulas consideram o trabalho com mídia realizado por seus professores excelente. A cena se repete quando questionados sobre o incentivo ao uso de mídias, e mais da metade dos jovens estudantes (54%) o considera como sendo regular ou inexistente na instituição de ensino da qual fazem parte.

A fim de saber como se dava esse uso por parte dos professores, um dos questionamentos direcionado aos alunos foi: “quando os professores usam mídia em sala de aula é para...?”, onde o jovem poderia assinalar mais de uma alternativa. Como se pode ver no gráfico abaixo, as respostas mais assinaladas foram “trabalhar conteúdos

da disciplina”, “promover debates sobre temas da atualidade” e “passar filmes”. As demais alternativas foram assinaladas em menor proporção. As alternativas “uso de programa educativos/jogos educativos ou materiais didáticos online” e “para ensinar aos alunos a usarem editor de texto, planilha, slides (word, excel, power point)” não foram assinaladas por nenhum aluno. Essas informações nos permitem constatar que o uso que se faz desses recursos é prioritariamente instrumental, como forma de dinamizar a aula e torna-la mais atrativa para o aluno.

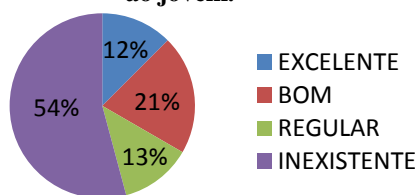
Gráfico 4 – como se dá o uso de mídia em sala de aula por parte dos professores.



Fonte: as Autoras (2015).

Entretanto, dos 48 alunos que responderam ao questionário realizado, uma pequena parcela acredita que o uso que se faz das mídias no sentido de dar voz aos jovens é bom ou excelente. Mais da metade deles (54%) afirmam ser inexistente em suas escolas o trabalho com mídias nesse sentido, como podemos verificar no gráfico 5:

Gráfico 5 – uso das mídias no sentido de dar voz ao jovem.



Fonte: as Autoras (2015).

Quando questionados sobre como e para que eles achavam que os professores deveriam usar mídia na escola, aspectos como: o despertar do interesse pela aula e o estímulo ao aprendizado, o desenvolvimento do interesse em pesquisar, o melhoramento da dinamicidade das aulas, a facilitação do entendimento dos conteúdos e a atualização de seus conhecimentos se fizeram presentes. O que nos chamou atenção em relação a esse posicionamento dos jovens foi o ciclo vicioso que se estabelece ao não almejar uma

prática docente voltada ao empoderamento midiático, visto que os jovens apontam práticas didáticas instrumentais voltadas para o uso de mídias estreitamente vinculadas aos conteúdos disciplinares. Esta constatação pode apontar algumas possíveis causas: os jovens representam de maneira diferenciada o uso de mídias na escola e fora dela, não acreditam ser possível desvincular a prática docente de seus conteúdos disciplinares, ou ainda a descrença na escola enquanto espaço de empoderamento midiático que ultrapassem as barreiras das disciplinas escolares. A baixa expectativa dos jovens em relação ao empoderamento midiático dentro do espaço escolar, com a mediação docente, se revela um dado alarmante.

As entrevistas com os professores nos trouxeram um outro panorama/ponto de vista sobre o assunto. A pergunta atinente à utilização de recursos midiáticos como suporte pedagógico fazia parte da nossa citada entrevista realizada com professores cujo exercício profissional está sendo efetivado junto a escolas de Ensino Médio do município de Camaragibe. Um aspecto importante a considerar quando discutimos as representações e os usos das mídias na escola é que, por vezes, observamos certo descompasso entre as percepções dos professores sobre as mídias e sua efetiva integração no cotidiano escolar. Dessa forma, a trajetória da pesquisa nos revela dados que distinguem discursos e práticas, que poderíamos descrever da seguinte forma: a representação que os professores tem de mídias; como falam que deveriam ser usadas; como falam que usam e como usam realmente.

Desejávamos saber, em determinado segmento da investigação, se, como e por que eles utilizam recursos midiáticos em sala de aula. Dos 10 professores entrevistados, apenas 2 admitiram não utilizar mídias em suas aulas. Em se tratando de como utilizam, verificamos que o uso que se faz desses recursos em sala de aula são, em sua maioria, um simples conjunto de ferramentas a serviço da performance exclusiva do professor. Sobre os porquês, obtivemos as seguintes respostas: para ajudar no aprendizado do aluno, para que os alunos se apropriem do conhecimento de forma mais dinâmica e interativa, para atualiza-los com o mundo globalizado e para tirar o foco do livro didático. Esses aspectos serão explorados com mais intensidade no decorrer dessa discussão.

Quando perguntados sobre quais mídias esses profissionais utilizavam em sua prática pedagógica, as respostas foram diversas: data show, vídeos, filmes, entrevista, matérias jornalísticas, materiais da internet, dentre outros.

Cauduro (2011) chama atenção para o que ela pontua como “ambiguidade semântica do conceito de mídia” que pode ser considerada instrumento, linguagem, mediação, espaço de negociação, meios de comunicação, conteúdos, distribuição de bens culturais e, muitas vezes, confunde-se com tecnologia. E isso fica muito evidente nas falas de parte dos professores entrevistados, onde a mídia é entendida como suporte e recurso tecnológico e utilizar o recurso se resume a simplesmente fazer uso de um equipamento. Por exemplo, usar o DVD para assistir a um filme ou usar o computador para digitar um texto. Diante do exposto, e a fim de verificar quais representações dos professores em relação às mídias, questionamos sobre o que os mesmos entendiam por mídias e classificamos as respostas em três categorias.

A primeira categoria é caracterizada pelo foco numa definição mais técnica do aparato tecnológico percebida das falas dos sujeitos P1 e P5. A segunda categoria diz respeito ao foco na sua função/uso como no caso das respostas dos sujeitos P2, P6, P7, P8 e P9. E a terceira categoria focado no contexto da prática docente, presente nas falas de P3, P4 e P10. Torna-se possível perceber que as representações dos professores em relação às mídias dizem respeito prioritariamente às noções de mídia como recurso didático e ferramenta de comunicação. Vejamos as respostas:

- Ferramentas e/ou equipamentos tecnológicos. (P1)
- Para mim mídia é um recurso de difusão de informações. (P2)
- Recursos que auxiliam a prática docente. (P3)
- Recursos que auxiliam a pratica docente. (P4)
- Meios de comunicação. (P5)
- Mídia é o conjunto dos meios de comunicação utilizados no sentido de informar a sociedade. (P6)
- Meios de transmissão de informações como televisão, internet, jornais, revistas e etc. (P7)
- Mídias são meios que veiculam notícias. (P8)
- Mídia é todo recurso, tecnológico ou não, que nos traz informações sobre algum assunto. (P9)
- Informações através dos meios de comunicação, que inclusive são fontes para os slides que produzo para as aulas. (P10)

Pensar sobre as mídias e seu uso no âmbito da instituição escolar possibilita refletir sobre as questões da educação, tanto nos aspectos práticos quanto pedagógicos. Vivemos em um cenário midiático e não temos como afastar esses conhecimentos da vida dos atores partícipes do processo educacional. Desse modo, é importante ir além de um olhar superficial sobre as novas maneiras de intervir no mundo, sendo necessário refletir seriamente sobre as profundas transformações ocorridas e/ou necessárias nas práticas pedagógicas do contexto escolar. Considerando a importância de saber o que os professores pensam a respeito da utilização de recursos midiáticos em sala de aula,

incluímos na entrevista semiestruturada direcionada a esses profissionais a seguinte pergunta: “qual a sua opinião com relação a utilização de recursos midiáticos em sala de aula?” e essas foram algumas das respostas que obtivemos:

Fazer com que o aluno se aproprie do conhecimento com o auxílio das mídias é um desafio para os professores. Acho que é uma forma rica e mais gostosa de aprender. A disciplina por si só já é muito densa e estereotipada e o professor precisa trazer para sala de aula recursos que despertem no aluno a vontade de aprender. (P2)

Os recursos midiáticos são forte aliado à aprendizagem dos alunos, pois, prendem a atenção e estimulam a participação. Sendo um recurso positivo tanto para os alunos como para os professores que alcançam os objetivos da aula. (P6)

Os recursos midiáticos facilitam e muito o trabalho do professor que tira o foco do livro didático e realiza um ensino de maior qualidade, pois os alunos se interessam mais por aulas assim. (P8)

Aqui na escola não disponho de material para fazer esse tipo de trabalho, mas, quando posso trago de casa porque sei que o trabalho com mídia é importante e só o livro hoje em dia não dá mais conta da demanda de informação que necessitamos. (P9)

Como esperado nenhuma das respostas traz indícios de uso das mídias no sentido de empoderamento juvenil, estão focadas na atratividade dos recursos tecnológicos voltados para conteúdos escolares ou como substituto/complemento do trabalho com o livro didático. Por isso, indagamos os professores também sobre sua opinião com relação à contribuição do uso das mídias em sala de aula dentro do contexto da formação integral do indivíduo, neste caso também realizamos uma classificação das respostas em três perspectivas: a instrumental, evidenciada nas falas dos sujeitos P2 e P8; a vacinatória, contida na fala do sujeito P7; e a educ comunicativa presente na fala dos sujeitos P5 e P6. Ou seja, algumas seguem a perspectiva da utilização dos meios como ferramentas/recursos para modernizar a prática pedagógica e despertar a motivação nos alunos, e outras numa perspectiva mais crítica refletindo sobre as implicações e possibilidades de inserir os meios no processo educativo como reflexão, apropriação e produção. Observem:

Utilizando mídias o professor eleva o nível das aulas tornando-as mais eficazes e com isso oportunizando ao aluno aprender mais facilmente os conteúdos. (P2)

A mídia e toda a informação que dela demanda, possibilita que o aluno que tem acesso a ela conheça mais e melhor a sociedade em que vive e isso reflete na qualidade de sua formação. (P5)

As mídias ampliam as condições de comparação para análise e entendimento do contexto social local, regional e mundial ao qual os alunos estão inseridos. (P6)

Quanto mais os alunos se apropriarem das mídias e dos conhecimentos que a mesma traz (lembrando que também existem aspectos nocivos que o jovem precisa saber diferenciar) mais elas contribuirão para sua formação. (P7)

Na medida em que a mídia traz para o aluno os conhecimentos necessários de uma forma menos tradicional, ele aprende mais e melhor por isso acredito que ela seja uma forte aliada na formação do indivíduo. (P8)

Quando questionados sobre a possibilidade de que o direito a comunicação aconteça através do uso das mídias pelos seus alunos, os professores afirmaram unanimemente estarem de acordo com essa possibilidade, justificando suas respostas.

Vejamos alguns exemplos:

Sim, pois se instruindo/informando através das mídias o aluno vai estar exercendo seu direito a comunicação. (P2)

Sim. Porque a mídia traz informações que geram conhecimento e que possibilitam que o aluno se expresse com propriedade no que diz. (P5)

Com certeza. Porque nas mídias encontramos muitos materiais que podem contribuir para sua formação e na minha opinião qualquer leitura é conhecimento e o conhecimento é um dos fatores que possibilita que o jovem exerça seu direito a comunicação. (P6)

O direito a comunicação inclui possibilitar a busca pela informação e essa busca se realiza através das mídias. Por isso eu acredito sim que o direito a comunicação se realize através das mídias. (P7)

Desse modo, temos a constatação da utilização das mídias na escola com finalidade principal de aumentar a motivação dos estudantes para a aprendizagem de conteúdos escolares. Este é o caráter instrumental de uso delas, como ferramentas/recursos e limitar-se a ele restringe demasiadamente as possibilidades educativas das mídias. O uso das mídias na escola na perspectiva da educomunicação, no sentido de ampliar as possibilidades dessa utilização e possibilitando que os professores encontrem diferentes alternativas para avançar no trabalho de integração entre mídias e conhecimento, segundo o levantamento feito com as entrevistas, isso é sabido pelos professores, mas exercido esporadicamente e apenas por alguns desses profissionais. Sabemos que o caráter instrumental de uso das mídias é uma das possibilidades e limitar-se a ele pode caracterizar uma subutilização, o que evidencia um descompasso entre a cultura do professor e a do aluno em relação às mídias. Afinal, hoje a mídia é mais do que um recurso, é parte da cultura e está presente na vida das pessoas. Além de apenas presentes, as mídias precisam ser incorporadas, tematizadas, hibridadas às questões de sala de aula.

O que vimos até aqui é que o professor ao utilizar as mídias em suas aulas possui uma representação de inovação, pois acredita estar fazendo algo “diferente”. Entretanto, percebe-se como mudança superficial, de ferramentas, mas não no formato das aulas e na concepção de ensino e aprendizagem, onde a exibição frequente de filmes e vídeos para os alunos contrasta com a escassez de propostas de produção audiovisual nas escolas. Os professores apontaram como principais dificuldades para a utilização das mídias em suas aulas, a falta de recursos (infraestrutura/condições de acesso e/ou

manutenção dos equipamentos), a falta de tempo hábil para comprimento do currículo e a própria estrutura do currículo. Como podemos ver nas falas dos sujeitos P5 e P7:

Não disponho de recursos para trabalhar com mídia. Às vezes trago materiais que retiro da internet, mas faço tudo em casa e trago para os alunos visualizarem e debaterem. (P5)

O currículo da disciplina é muito extenso e eu só tenho duas horas por semana para trabalhá-lo em sala de aula. O tempo curto dificulta a realização de aulas mais significativas nesse sentido de recursos porque minha preocupação é em no final do ano ter concluído todos os conteúdos sem ficar na correria tendo que escolher o que é mais relevante ensinar. (...) Mas, às vezes (muito esporadicamente) peço que os alunos realizem pesquisas sobre um determinado assunto para discuti-lo em sala de aula. (P7)

De acordo com o que vimos até aqui, podemos destacar que o que esses profissionais desenvolvem e/ou defendem nada mais é que o uso instrumental das mídias, voltadas para as disciplinas e no sentido de que os jovens aprendam conteúdos escolares de modo mais atrativo. Podemos observar que os professores entrevistados acreditam que as mídias elevam o nível das aulas, facilitam o aprendizado dos alunos e seus conhecimentos a cerca do contexto em que estão inseridos. Mas onde é que os professores falam de promover a expressão dos jovens? Onde é que eles indicam que as mídias poderiam ser um espaço para isso? O que vimos é que a maioria dos profissionais entrevistados pode até conhecer a importância da educação, mas resistem em integrá-la em suas práticas. Diante do que foi exposto, o tópico seguinte intitulado de “empoderamento midiático na escola: obstáculos e possibilidades” busca justamente entender por que esse fenômeno ocorre nas escolas-campo em que realizamos a pesquisa.

6.3. Empoderamento midiático na escola: obstáculos e possibilidades.

A partir da análise dos dados coletados através dos questionários realizados com o grupo de jovens, identificamos alguns fatores que criam obstáculos para a materialização do empoderamento midiático pelos jovens. Quando questionados sobre o porquê de não ocorrer o uso de mídias em sala de aula, os alunos trouxeram os seguintes aspectos: a indisponibilidade de recursos na escola (2 alunos), a falta de interesse (5 alunos), a falta de tempo (5 alunos) e o perfil tradicional por parte dos professores que utilizam o livro didático como único instrumento pedagógico (5 alunos). Salientamos que a pergunta direcionada aos alunos foi: “caso seus professores não utilizem mídias em sala de aula, porque você acha que isso não ocorre?”, desse modo, apenas os alunos que sinalizaram que seus professores não utilizam recursos midiáticos em sala de aula responderam a essa questão e algumas respostas expunham mais de um fator. Nas

entrevistas realizadas com os professores, as problemáticas aludidas foram o acesso a recursos, o currículo e tempo.

Ampliando o escopo das constatações proferidas até aqui, é possível observar que apesar de contarem com os recursos tecnológicos para o desenvolvimento de um trabalho educativo com os meios, nem todos os professores conseguem efetivá-lo. Parece que o ensino continua centrado no professor e a tecnologia serve apenas para “enfeitar” uma aula expositiva. Podemos observar que a maioria dos professores entrevistados privilegia o conhecimento institucionalizado, não havendo uma valorização do potencial comunicativo dos jovens. E essa valorização do potencial comunicativo dos jovens, segundo Soares (2011), a educomunicação garante.

Com base nos dados das entrevistas fica claro que os professores demonstram saber em que consiste a perspectiva educ comunicativa, entretanto, o único resquício de que há alguma prática realizada de acordo com os postulados da perspectiva educ comunicativa nas escolas pesquisadas encontra-se presente no **Gráfico 4**, onde 7 estudantes assinalaram a alternativa que aludia a produção de jornais, blogs, filmes, programa de rádio sobre um tema (ou projeto) em suas escolas. Essa informação demonstra que existe um ou mais profissionais que tem as mídias integradas e incorporadas ao seu cotidiano e que, nesse caso, seu uso vai além do meramente instrumental, propondo a reflexão crítica, a criação e produção com as mídias.

Apesar de alguns sujeitos da nossa pesquisa afirmarem a não existência de recursos midiáticos na escola em que atuam (ao todo foram 1 professor e 2 alunos), pudemos observar que nas unidades escolares nas quais atua o nosso grupo de professores têm recursos tecnológicos que as colocariam em certa sintonia com o que alguns autores vêm chamando de cultura das mídias. Certamente não se está, aqui, afirmando haver nessas escolas um ambiente educativo favorável à efetivação do uso de mídias. Ao contrário, o que se encontra em sala de aula é, muitas vezes, um sistema em crise, com enorme quantidade de problemas, e que não consegue cumprir o seu objetivo: promover ensino de qualidade aos estudantes.

Quanto as críticas ao perfil tradicional de alguns professores, evidentes nas já citadas respostas que apontam a ausência do uso de mídias em sala de aula pelos professores⁸, segundo os jovens alunos sujeitos da pesquisa, o que podemos dizer é que de acordo com as observações e entrevistas realizadas com os professores, de fato existe

⁸ Faz menção as respostas dadas pelos jovens a 7ª pergunta do questionário aplicado durante a pesquisa.

uma resistência e um conservadorismo em relação às mudanças por parte de alguns profissionais, influenciados por uma organização curricular e uma cultura escolar que reforçam a manutenção da forma tradicional de ensinar, vista muitas vezes com desconfiança pela escola porque funciona como elemento desequilibrador das ambiências das aprendizagens herdadas por tradição, como afirma Martín-Barbero (2000).

Quando perguntamos aos professores o que eles tinham a dizer sobre o tema “empoderamento relacionado à educação”, tivemos acesso aos conhecimentos prévios sobre o termo empoderamento desses sujeitos, observemos as colocações feitas por eles:

Inovar em educação é justamente encontrar formas mais efetivas de empoderar esses indivíduos. (P1)

Não conheço o termo mas creio que tenha haver com poder, ou seja, dar ao jovem poder através da educação, para que ele seja capaz de garantir seus direitos e cumprir seus deveres. (P2)

Cabe ao professor saber separar a sua didática e a tecnologia, pois, no mundo onde as mídias são fatores importantes, se o professor não as usar acabará por colocar os jovens num mundo para eles desconhecido. (P3)

Cabe ao professor despertar e mostrar o aluno todos esses fatores e fazer com que ele absorva de forma positiva os direitos sociais que lhes assegura. (P4)

Empoderar o aluno através da educação é possível se o professor for comprometido e se esforçar para realizar um bom trabalho. (P5)

Eu acho que empoderar seu aluno através do que se ensina deve ser o objetivo de todo professor. Nos temos que entender que temos um papel muito importante na vida desses jovens e precisamos dar a eles as armas para se tornarem cidadãos de verdade. (P6)

Eu acho que a educação empodera o individuo no sentido de que ela trás informações e conhecimentos que vão formando a capacidade de assegurar seus direitos como um todo. (P7)

Esse empoderamento construído com o auxílio da escola é alcançado justamente através do trabalho com as informações e o uso que se faz delas como cidadãos. (P8)

Educar é dar as armas para que o indivíduo seja capaz de assegurar seus direitos. (P9)

As informações que adquirimos através das mídias ou de outros meios através da educação assegura todos os direitos e empodera os indivíduos. (P10)

Podemos observar que os professores 3, 4 e 5 parecem não entender de fato o termo, centram-se em si mesmos ou em clichês. Enquanto que os demais profissionais reconhecem o empoderamento como uma competência que permite ao jovem buscar e usufruir de seus direitos.

As respostas à pergunta anteriormente citada já evidenciam a posição de alguns dos profissionais entrevistados com relação ao questionamento sobre se acreditavam que o empoderamento midiático pelos jovens poderia ocorrer devido ao bom trabalho com mídias. O objetivo dessa pergunta foi saber qual, segundo os próprios profissionais,

seria o papel do professor diante do desafio de trabalhar com mídia. As respostas obtidas foram semelhantes, desse modo, destacamos algumas:

A aproximação das mídias com os jovens, os fazem participar. (P1)

Se os professores levam para sala de aula as informações veiculadas pelas mídias ele estará dando aos alunos o incentivo para que o mesmo se empoderem desses conhecimentos e saiba usar a mídia a seu favor. (P2)

Quando o professor sabe trabalhar bem com as mídias elas acabam por auxiliar no ensino. As mídias nos trazem a informação e são essas informações e a apropriação e formação de opiniões através delas que caracteriza o empoderamento. E assim sendo, saber usar as mídias a seu favor é o próprio empoderamento midiático. (P3)

Um aspecto interessante ao cruzar os dados dos instrumentos de pesquisa utilizados reside na diferença entre o que se diz, o que se diz que faz e o que realmente é feito, como já abordamos anteriormente e, portanto, estender o olhar sobre as práticas educativas realizadas é um processo importante. Sendo assim, considerando os dados explicitados ao longo deste estudo sobre os obstáculos e possibilidades para a materialização do empoderamento midiático através das mídias na escola, comprovamos algumas hipóteses iniciais da pesquisa.

Verificou-se que os argumentos apontados sobre a falta de recurso não se sustentavam na medida em que observamos que os recursos existiam nas escolas visitadas e por isso não se justificaria a falta de uso por este motivo. Os demais fatores (falta de tempo, falta de interesse, o perfil docente, e o currículo) configuram-se como impedimento para que o empoderamento midiático pelos jovens se materialize, entretanto, a principal constatação que fizemos foi definida diante de tudo que se viu no decorrer deste artigo, que é esse ideário deturpado que se tem do que seria o trabalho com mídia na escola e da distância com a prática educacional no sentido e uso defendido neste estudo. Corroborando com Soares (2011), ao afirmar que as práticas ligadas à educação têm mostrado que podem, no ambiente da escola pública ou particular, no currículo ou no contraturno, estimular um projeto de ensino que tenha no jovem a sua peça central.

A relação da educação com a escola pensada de modo a superar visões reducionistas de simplesmente contrapor/aliar educação e mídia propõe que os educadores se apoderem das linguagens midiáticas, ao fazer uso coletivo e solidário dos recursos da comunicação tanto para aprofundar seus conhecimentos quanto para desenhar estratégias de transformação das condições de vida à sua volta, mediante projetos educacionais, legitimados por criatividade e coerência epistemológica. Um exemplo de estratégia pedagógica não restrita a conteúdos escolares, mas que

oferece aos jovens aquisição de competências comunicacionais mais amplas, mediadas pelas mídias é o projeto Educom.rádio⁹ que consiste no emprego da linguagem radiofônica através da introdução de laboratórios de rádio nas escolas para a elaboração, pelos professores e alunos, conjuntamente, de projetos educacionais solidários e integrados às práticas curriculares.

7. Considerações Finais

As inovações no campo da Comunicação colocam desafios a Educação que não se pode menosprezar quando se pretende o empoderamento do jovem e a construção da cidadania. Em termos ideais, é necessário ampliar as condições de expressão do jovem como forma de engajá-lo em seu próprio processo educativo, favorecendo assim a construção da cidadania através da autonomia adquirida ao longo do seu processo formativo. A interpretação do mundo em que vivemos, mundo em cuja construção as mídias desempenham importante papel, é um dos desafios da educomunicação.

Ao objetivarmos investigar os obstáculos e possibilidades para que o empoderamento midiático pelos jovens se materialize dentro da realidade escolar, constatamos que o uso que se faz dos aparatos midiáticos dentro dos ambientes escolares investigados negam aos jovens a possibilidade de empoderamento através das mídias, na medida em que esse uso se distancia da perspectiva educacional defendida neste estudo. É importante destacar que não defendemos aqui um ensino totalmente “prazeroso”, que visa a motivação do jovem sem impor-lhe desafios. E se assim fosse estaríamos repetindo um erro, ao distanciar novamente a educação da realidade do jovem. A melhor forma de ensino é aquela na qual o estudante toma decisão, sendo assim, o que se defende aqui é uma ampliação das possibilidades de expressão e de comunicação dos jovens, facilitadas pelo emprego de procedimentos eficazes em experiências que envolvam mídia.

A partir da análise dos dados coletados, podemos concluir que levar a comunicação e seus recursos ao espaço da educação formal exige alguns pressupostos como o reconhecimento do princípio segundo o qual a expressão comunicativa, sob as suas mais variadas formas, incluindo a midiática, é um direito universal que deve ser exercitado especialmente nos espaços destinados à formação das futuras gerações; A oferta de infraestrutura, suporte técnico que garanta a introdução definitiva da

⁹ SOARES, 2011, p. 90.

comunicação na pauta dos projetos que chegam às escolas; e, finalmente, o apoio à produção midiática colaborativa de professores e alunos na escola.

Buscando também avaliar se o direito à comunicação estava sendo promovido, exercido e/ou violado nos espaços escolares investigados. Pudemos perceber que esse direito é exercido em maior ou menor proporção de acordo com a prática e com o perfil de cada profissional. Verificamos que o direito à comunicação proporcionado pelo uso das mídias visando possibilitar aos jovens a busca e o usufruto da plena liberdade de opinião não ocorre devido ao fato de esse uso ser prioritariamente focado em noções de mídia como mero recurso didático, facilitador da prática docente.

Os profissionais da educação precisam assumir uma postura que se situe para além dos paradigmas tradicionais, direcionando a relação entre educação e comunicação no sentido de uma educação cidadã emancipatória. Visto que há uma grande diferença entre as pessoas que podem estar conectadas as mídias, beneficiando-se das informações, experimentações, conhecimentos e experiências que elas proporcionam, e a imensa parcela excluída. Não podemos deixar que nos baste a constatação e a lamentação, precisamos compreender como essa mesma sociedade dividida está sendo transformada pela centralidade das mídias e dos sistemas comunicativos. Precisamos nos dar conta de que, só assumindo a perspectiva educ comunicativa como dimensão estratégica da cultura, é que a escola poderá inserir-se de novo nos processos de mudança que a nossa sociedade atravessa e interagir com os campos de experiência em que se processam essas mudanças.

A educ comunicação fala de relacionamento, diálogo social e empoderamento juvenil. Nesse sentido, esse conceito, tanto como paradigma quanto procedimento, coloca-se a favor do educador interessado em sintonizar-se com o novo contexto cultural vivido pela juventude. Como vimos, no nosso campo de pesquisa, poucos passos foram dados na direção de uma educação que empodere os jovens através da mídia. Precisamos que as instituições escolares transformem seu modelo de ensino e sua práxis de comunicação. Só se encarregando dessas transformações poderá a escola interagir com as novas formas de participação cidadã que o novo ambiente comunicacional abre, hoje, à educação. A integração efetiva dos estudos de mídia na sua conjugação com a educação ainda deixa a desejar. A importância dessa integração advém, sobretudo, da condição de os estudos sobre este campo levarem ao conhecimento da mediação que ele exerce entre o leitor da realidade e sua atuação nela.

Referências

- ABRAMO, H. W. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- _____. **Estatuto da Juventude**: Lei 12.852 de 05 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm> Acesso em: 15 jan. 2015.
- BÉVORT, E.; BELLONI, M. L. **Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas**. Educação e Sociedade, v.30, n.109, p.1081-1102, 2009.
- CAPRINO, M. P. Práticas de mídia-educação e o “empoderamento” do cidadão: o que propõem as iniciativas europeias. **Revista Comunicação Midiática**, v.9, n.1, p. 157-173, jan./abr. 2014.
- CAUDURO, L. **Representações e usos das mídias na escola: de ferramentas para aumentar a motivação à possibilidade de produção crítica e criativa em Mídia-educação**. Dissertação de Mestrado. PPGE. UFSC, 2011.
- FERREIRA, A. B. H. **Mini Aurélio Sec. XXI**, 4ª. ed., Editora Nova Fronteira, 2000.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991. p. 11-60.
- GOMES, R. L. **A comunicação como direito humano: um conceito em construção**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. UFPE, 2007.
- LOPES, P. C. **Educação para os media nas sociedades multimediativas**. Lisboa: CIES-IUL, 2011.
- MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.
- MARTÍN-BARBERO, J. Desafios culturais: da comunicação à educomunicação. **Comunicação & Educação**, n. 18, maio/ago. 2000.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- RATIER, F. **A centralização da comunicação na socialização de jovens: um estudo sobre mediação escolar**. Dissertação de Mestrado, FE-USP, 2009.
- ROMANO, J. O., ANTUNES, M. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 116 p. dezembro 2002.
- SILVA, A.; TAVARES, C. (orgs.). **Políticas e Fundamentos da Educação em Direitos Humanos**. São Paulo, Cortez, 2010, p. 41-63.
- SOARES, I. O. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do Ensino Médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.
- SOUSA, J. (2006) Apresentação do Dossiê: A sociedade vista pelas gerações. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**, Florianópolis: v. 5 n. 8. (pp. 9-30).
- VOLPI, M.; PALAZZO, L. (org). **Mudando sua escola, mudando sua comunidade, melhorando o mundo! - Sistematização da experiência em Educomunicação**. Brasília: UNICEF, 2010.